

<http://dx.doi.org/10.15202/19811896.2017v22n43p25>

# COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO: O DEBATE NOS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO, 1850 A 1860

**Alessandro Mendonça dos Reis**

Mestrando em História do Brasil Universo/Universidade Salgado de Oliveira  
[alessandromendonca.reis@gmail.com](mailto:alessandromendonca.reis@gmail.com)

## RESUMO

Este presente trabalho faz parte da minha dissertação de Mestrado onde pretendo analisar os debates nos jornais periódicos da cidade do Rio de Janeiro em torno da discussão de uma possível colonização africana. O debate se intensifica a medida que o projeto de colonização europeia é implementando pelo Estado imperial em parceria com a Associação Central de Colonização. O jornal *O Paiz* em 1860, principalmente, tratava o assunto colonização africana como prioridade, tendo inclusive uma coluna sobre este, pois acreditava e tentava justificar que para suprir a falta de braços nas lavouras brasileiras, somente os africanos estavam aptos para o trabalho pesado da agricultura, o colono europeu não daria conta. Segundo o jornal, proibir o tráfico de escravos provocou a diminuição da mão de obra africana a partir de 1850. A colonização africana era vista como uma possível volta do tráfico de escravos, principalmente pela Inglaterra, e sua Lei Aberdeen aparece com frequência nas páginas dos jornais a favor e contra este processo. O tráfico de escravos então se tornou a grande justificativa para a não introdução de trabalhadores vindos da África, mesmo livres como colonos, temia-se que se isso ocorresse seria a grande oportunidade da volta do já extinto tráfico.

**Palavras chaves:** Colonização africana/europeia, jornais/periódicos, tráfico de escravos

## AFRICAN COLONIZATION YES, TRAFFIC OF SLAVES NOT: THE DEBATE IN THE NEWSPAPERS OF RIO DE JANEIRO, 1850 TO 1860

## ABSTRACT

This present work is part of my Master's thesis in which I analyze the debates in periodicals of the city of Rio de Janeiro around the discussion of a possible african colonization. The debate intensifies as the european colonization project is implemented by the imperial state in partnership with the Central Association of Colonization. The newspaper *O Paiz* in 1860 mainly was the subject african colonization as a priority, including having a column about this, because he believed and tried to justify that to address the lack of arms on brazilian crops, only africans were fit for heavy work agriculture, the European settler would not give account. According to the newspaper, prohibit the slave trade caused the decline of african manpower from 1850. The african colonization was seen as a possible return of the slave trade, especially in England, and his Aberdeen Law appears frequently in the pages of newspapers for and against this process. The trafficking of slaves then became the great justification for not introducing workers from Africa, even as free settlers, it was feared that if that happened it would be a great opportunity around the now defunct trafficking.

**Key-Words:** African/European colonization, newspapers/periodicals, slave traffic

Em 1860, o jornal *O Paiz* que circulava na cidade do Rio de Janeiro, publicava em suas páginas uma seção denominada “Colonização” onde se colocava como defensor da ideia de colonização africana e prometia ainda lutar por ela, em uma visão de pioneirismo e tão boa relevância do desenvolvimento. Mesmo que a colonização africana fosse almejada, porém mal vista, era necessária, ao ver do jornal, dar voz a mesma. A intenção em divulgar e promover por meio de uma retórica positiva estava dentro do escopo de suas intenções. Seria, como o jornal mesmo se intitulava um “órgão da lavoura”, ou seja, um prestador de serviços para os fazendeiros vistos como orgulho da produção de riquezas do país. Esta seção, não raro vinha recheada de argumentos para que um processo de colonização africana ocorresse, mas sem mencionar que teria a intenção no tráfico de escravos, pois afinal, em 1850 com a Lei Eusébio de Queiroz o tráfico de escravos havia sido extinto no Brasil.

O cerne desses argumentos apontava para a importância da mão de obra africana no que diz respeito ao trabalho nas lavouras brasileiras, argumentando inclusive que os africanos tinham resistência física suficiente para o labor pesado na agricultura e a ausência de seus braços para o trabalho empobrecia e atrasava o desenvolvimento do país. Em 24 de março de 1860 jornal *O Paiz* noticiava:

O negro trabalha, facilmente se aclimata, e é dirigido conforme a vontade de seu senhor ou amo; o negro, pois, é indispensável no país, é dele que carecemos e queremos de preferência a tudo e para os trabalhos rurais. Antes de se haver proclamado a colonização europeia dever-se-ia preparar o pai e amparar a agricultura com introdução de braços africanos como colonos; fácil nos seria promover esta colonização em grande escala e enriquecer o Brasil em lugar de empobrecê-lo e cavar-lhe a ruína.

O jornal revelava preocupação na defesa da colonização africana e quem poderia ser o empecilho vigilante desse processo, a Inglaterra, não rara era citada em um discurso crítico sobre a atuação dessa personagem. Desde o período colonial a Inglaterra havia firmado com a Coroa portuguesa tratados para o fim do tráfico de escravos, e o primeiro deles apareceu na Convenção Secreta entre Portugal e Inglaterra em 22 de outubro de 1807 assinada em Londres e intermediada por Lord Strangford. Este tratado consistia principalmente sobre a transferência da corte portuguesa para o Brasil, havendo ainda cláusulas sobre assuntos comerciais e finalmente a cooperação de Portugal para uma gradual abolição do tráfico de escravos. Outro tratado importante assinado entre as coroas portuguesa e inglesa foi o de 22 de janeiro de 1815. Neste ficava claro e específico a abolição do tráfico de escravos, o seu título era o seguinte: “Tratado da Abolição do Tráfico de Escravos em todos os lugares da Costa da África ao Norte do Equador, entre os muitos altos, e muito poderosos senhores”. Com o Brasil independente os tratados continuaram em voga muito através de pressão diplomática, e como consequência dessa continuidade, a Lei de 7 de novembro de 1831 foi promulgada (Lei Feijó-Barbacena) proibindo a entrada de escravos africanos nos portos brasileiros. Esta lei ficou também conhecida como “lei para inglês ver”. Os tratados que envolviam o fim do tráfico de escravos, tinham viés pragmático de humanidade que se desenvolveu principalmente na imprensa inglesa na segunda metade do século XVIII, quando um movimento abolicionista começou a ser mencionado nos periódicos britânicos de cunho liberal como identificou Alain El Youssef (2010) no que diz respeito à campanha nacional promovida pela *Sociedade para a Promoção da Abolição do Tráfico de Escravos* fundada em 1787,

onde os abolicionistas atuaram no parlamento e nos espaços públicos “recorrendo ativamente às publicações voltadas ao grande público”.

O debate nos jornais sobre colonização estava quase sempre em destaque, principalmente a africana, o jornal *O Paiz* grande defensor dessa tese recebia críticas de outros periódicos. *O Regenerador* era um desses periódicos que assumia uma postura contundente contra a colonização africana, tendo como uma de suas justificativas a possível volta do tráfico de escravos, mas também criticava o processo de colonização europeia. Este jornal era assumidamente católico, algo que influenciava na entonação adotada. Sempre que o jornal abordava o tema da colonização africana, as críticas sobre este processo era em um tom de severidade, como esta que dizia o seguinte: “a colonização africana é a quimera mais inconcebível que pode ser lembrada”. A discussão assumia outros ingredientes que envolviam a escravidão, e a principal delas a possível volta do tráfico de escravos, algo que não era mais tolerado naquele momento, visto ainda como um atraso da sociedade e desumano no discurso promovido pela Inglaterra e refletido no pensamento dos políticos liberais. A colonização também assumiu outra discussão que ia além, não podemos nos esquecer da questão da colonização europeia, ou seja, os colonos do velho mundo que vieram para trabalhar na lavoura brasileira, principalmente os alemães depois de 1850 que eram amplamente mencionados nas páginas dos periódicos cariocas tendo assim inaugurado a fase de críticas ao processo de colonização.

A ideia de colonização africana e europeia era defendida e criticada nas páginas dos jornais, mas críticas à Inglaterra realizadas pelo *O Paiz* por causa da suspeita da volta do tráfico tinha um conteúdo peculiar quando se falava no uso da Lei Bill Aberdeen por parte dos ingleses. Aliás, não foi só o citado periódico que se incomodava com o Bill Aberdeen, havia uma apreciação por parte da imprensa muito negativa, pois afrontava a autonomia e a soberania do Estado brasileiro e não raro recebia algum tipo de menção como esta de 1863: “O que é esse bill não o diremos: é uma história vergonhosa e ingloriosa para nós, mil vezes ainda vergonhosa e infame para a Inglaterra, que, como asqueroso vampiro vive do sangue alheio (...)”<sup>1</sup>.

Causa e efeito, ação e reação, o processo de um pensamento abolicionista passou a surgir e a se sustentar, principalmente quando a imprensa começou a se desenvolver ao longo do século XIX, pois segundo Humberto Machado (1998) o abolicionismo “ganha as ruas” através de publicações em periódicos se valendo de estratégias para atingir os senhores de escravos. É importante lembrar que os periódicos também publicavam cada vez mais sobre política, vemos claramente uma conjuntura de fora para dentro, onde as instituições brasileiras mesmo sobre pressão diplomática internacional liam-se Inglaterra, providenciou mecanismos para que a escravidão enfim fosse extinta, as Leis de 1831 e 1850 são exemplos disso. Porém, a escravidão ainda era uma instituição que se justificava através da produção de riquezas para o país, pelo discurso abstrato em sua defesa, como também de forma empírica da capacidade de produção das lavouras sendo para Alfredo Bosi “o trabalho escravo um fator estrutural da economia brasileira” (BOSSI, 1988). Admitir essas justificativas não foi tão simples para quem defendia arduamente o fim do tráfico de escravos, mas era para quem defendia a escravidão ou pelo menos o trabalho do africano na lavoura via colonização. No entanto, o que dizia a imprensa do Rio de Janeiro depois da segunda metade do século XIX? O que estava implícito, por exemplo, nas páginas dos jornais *A Pátria* e do *O Paiz* de 1860 eram o discurso de colonização para o uso

1 Artigo “O governo inglês ou a lógica do canhão”, publicado pela Typographia Universal de Laemmert em 1863 no Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Biblioteca Nacional Digital

da mão de obra africana na lavoura sem que houvesse a volta do tráfico de escravos, segundo as leituras realizadas nestas fontes, afinal as riquezas do Brasil advinham da agricultura, admitia este periódico e o *O Regenerador* um algoz dessa ideia de colonização a tratando como algo impensável.

As interpelações à Inglaterra com a justificativa de cumprimento dos tratados outrora firmados, algo que na visão do lado inglês não era um fato que merecia crédito como argumentou o primeiro-ministro Gladstone em seu discurso na Câmara dos Comuns em 1850: “Temos um tratado com o Brasil, tratado que esse país dia a dia quebra, há vinte anos. Forcejamos por assegurar a liberdade dos africanos livres; trabalhamos até conseguir que os brasileiros declarassem criminosa a importação de escravos. Esse acordo é incessantemente transgredido”<sup>2</sup>. O tratado que Gladstone fazia referência diz respeito ao de 1831(lei para inglês ver) e é provável que toda vigilância por parte do governo inglês e dos opositores a colonização africana no Brasil tivessem neste tipo de discurso os argumentos para as críticas e negativas do processo e a assim a temerária volta do tráfico de escravos. A pressão da Inglaterra para a abolição do tráfico de escravos segundo Robert Conrad (1975) foi o primeiro impacto consistente contra a escravidão e Leslie Bethell (2002) vê nesta pressão o resultado para o fim do tráfico exercido de maneira veemente e constante por meio dos tratados. A insistência da negativa do aparecimento novamente do tráfico de escravos, o discurso de um prejuízo ao desenvolvimento do país e consequentemente o seu empobrecimento já que a lavoura representava a riqueza do Brasil, um clamor pelos “braços africanos”, a constatação que os colonos europeus não estavam aptos ao duro trabalho na lavoura, levaram para uma narrativa de colonização africana, no jornal *O Paiz*. Por outro lado podemos demonstrar o discurso contra essa ideia de colonização africana nas páginas dos jornais, sem esquecer-se de olhar para a colonização europeia, afinal esta foi de igual importância debatida. Em 10 de abril de 1860 o jornal *O Regenerador* demonstra certa dualidade sobre o tema: “A colonização europeia não é possível nem desejável; a colonização africana é menos possível e menos desejável (...)”.

Outro âmbito que devemos discutir, diz respeito a diretamente as leis que influenciaram este processo de colonização. Chancelada em 4 de setembro de 1850 a Lei Nº 581 não só determinou o fim do tráfico de escravos como também no entendimento de Daniel Val Consentino (s/d) extinguiu “a fonte principal de fornecimento de mão de obra para o sistema escravista” proporcionando assim a busca de alternativas para a substituição do trabalhador cativo. Trouxe também a reboque logo outra lei de igual importância no mesmo mês daquele ano para os rumos da lavoura brasileira, a Lei Nº 601 que ficou conhecida como “lei de terras”. No texto da lei estava previsto dentre outras proposições a colonização estrangeira para ocupar as terras que ficassem ociosas por falta de escravos, já que com a proibição do tráfico certamente o número de braços para a lavoura iria diminuir, pelo menos assim justificavam os fazendeiros. Podemos dizer que esta lei foi oportuna para os grandes proprietários, afinal eles foram os maiores beneficiados com ela, pois além de já possuíam grandes quantidades de terras, eram homens de posses e tinham dinheiro para adquirir mais. Isso fica claro quando se fala em terras devolutas no Artigo 1º da lei que dizia o seguinte: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Uma forma mais direta seria impossível para tratar dessa questão.

No ano de 1853 na cidade do Rio de Janeiro foi criada a Associação Central de Colonização

2 A transcrição de parte deste discurso pode ser encontrada na página 37 do seguinte livro: DUQUE-ESTRADA, Osório. A Abolição. Brasília: Editora do Senado, 2005.

e Trabalho livre<sup>3</sup>, uma instituição privada que firmou contratos com o governo imperial para a importação e recepção de colonos imigrantes. No jornal *O Diário do Rio de Janeiro* de 6 de fevereiro 1853 assim noticiava:

Publicamos hoje o projeto de estatutos de uma associação central de colonização e trabalho livre que o nosso amigo, o Sr. Dr. B. A. N. de Azambuja, pretende incorporar nesta corte segundo noticiamos ontem (...). Meditando-se sobre os fins principais da associação projetada, vê-se quão patriótica será sua missão; pois que tratara de promover e auxiliar a imigração de colonos no país, quer seja esta espontânea, quer subsidiada coadjuvando assim aos particulares como o próprio governo (...).

O supracitado “amigo” nesta notícia trata-se de Bernardo Augusto Nascente de Azambuja que no ano de 1851 havia sido chefe interino da polícia da corte do Rio de Janeiro e em 1861 era o responsável pela Diretoria das Terras Públicas e Colonização. Percebe-se neste breve texto transcrito que essa associação foi vista com relevância, afinal eram colonos europeus e não africanos escravizados que entrariam no país. Um sinal de “evolução da sociedade brasileira”, rompendo com o atraso e o desumano, era uma imigração “espontânea” como diz no texto do *O Diário do Rio de Janeiro*. A associação foi vista como benfeitora, pois acolhia o colono, promovia a adaptação facilitando o estabelecimento no país e dentre outras funções estava a de comprar terras devolutas com o intuito de colonizar e distribuí-las aos colonos para formar estabelecimentos agrícolas e manufatureiros. Como era uma instituição privada e tinha no governo um parceiro, os custos da promoção dessa colonização europeia não raramente era assunto nas páginas dos jornais carioca, pois afinal, a aplicação de recurso financeiro do governo imperial poderia ser fomentada na própria população. Mas não nos esqueçamos de um detalhe precioso, a Lei de Terras, o controle nas mãos dos grandes proprietários. Em análise sobre as leituras de Emília Viotti da Costa, Luiz Felipe de Alencastro e José Murilo de Carvalho sobre a Lei de Terras, Tamis Parron conclui que: “Nas três leituras, o governo aparece como promotor da transição do sistema escravista para o trabalho livre” e vai além: “Ele teria enfrentado, porém, resistência da mentalidade escravista do norte (Vidotti da Costa), de proprietários arrivistas (Alencastro) e de interesses políticos (Carvalho)” (PARRÓN, 2011). Esse panorama nos permite ampliar a discussão entorno da questão da colonização dentro discursos adotados por conservadores e liberais e inclusive entender as posições tomadas pelos periódicos do Rio de Janeiro.

Na imprensa carioca da segunda metade do século XIX, o tráfico de escravos e a colonização foram artífices de seu tempo. Na primeira encontramos os discursos, as causas e consequência para o segundo, neste por sua vez era o combatido e deixado à margem de qualquer exposição honrosa em sua defesa, um verdadeiro marginal de seu tempo e finalmente o terceiro, visto por alguns como a solução, uma modernidade para a construção do país. É necessário construir um diálogo com esses três atores e traçar o caminho de um pensamento ilustrado no Estado Imperial brasileiro. Mais do que possamos imaginar, é necessário tornar plausível a dialética dos grupos que formavam a elite no Império do Brasil, principalmente o da imprensa, pois afinal, esta era formada por um grupo de homens letrados e muitos com formação acadêmica.

É interessante e instigante o que as fontes primárias nos revelam, elas nos transportam para discursos e ideias, proporcionando assim analisar os pensamentos e as atitudes provocados

3 É pertinente lembrar que nas outras províncias também existiam esse tipo de instituição, mas vamos nos fixar apenas na do Rio de Janeiro.

no passado, o que torna o trabalho do historiador sublime onde Marc Bloch define: “Nossa arte, nossos monumentos literários estão carregados dos ecos do passado, nossos homens de ação trazem incessantemente na boca suas lições, reais ou supostas” (BLOCH, 1997). Diante disso trago o interessante trecho do artigo de José Maria Mora escrito em outubro de 1852 na cidade de Madrid e publicado no *Correio Mercantil* em 18 de janeiro de 1853:

(...) Em algumas das questões mais graves que agitam seu país tem D. Pedro tomado uma iniciativa que quase descobre ao mesmo tempo sua decisão e sua perspicácia em descortinar através de interesses e preocupações de toda espécie a que convém realmente o seu provir, à segurança e à sua gloria. Uma dessas questões é a do tráfico de negros. O Brasil, como muitas outras colônias emancipadas, tem a desgraça de cultivar uma parte de seu território e de explorar algumas de suas riquezas por meio de negros escravos. É sabido que onde quer que trabalhe o negro é impossível conseguir-se que trabalhe o branco, e como argumento da população não guarda no Brasil proporção com o crescimento da riqueza pública, e com a conseguinte necessidade de trabalhadores a diferença tem sido suprido durante muitos anos com esse horrível tráfico de carne humana e que tem manchado de sangue tantas paginas da historia no mundo. Deixando de parte as considerações de humanidades, o trafico de negros ofereciam dois grandes perigos: 1º, complicações exteriores com a Inglaterra pela infração ou tratados com quem se tem querido acabar com esse comércio; 2º, impossibilidade de consolidar-se a monarquia constitucional em um país onde a base da população fosse formada por um número excessivos de Africanos. D. Pedro conheceu melhor do que ninguém a transcendências destes riscos; mais do que ninguém contribuiu para cortar-se o mal pela raiz. Todos sabem que ele é inimigo do tráfico, e os homens ilustrados do país, assim como os seus principais homens de estudo, que adquirirão sua posição pelo influxo dos princípios liberais e do sistema representativo, opinião com seu Imperador(...).

Essa visão de fora para dentro nos permite extrair algumas reflexões: Primeiro a tragédia humanitária que representava o tráfico de escravo e a própria escravidão, segundo a questão envolvendo a formação da nação por causa do grande número de africanos, terceiro a questão com a Inglaterra e sua vigilância contra o tráfico, quarto os quadros intelectuais do Brasil através de um discurso ilustrado e liberal, o que constituiu grande parte da imprensa no Rio de Janeiro e quinto e último uma exaltação ao Imperador, afinal o Estado brasileiro na sua representativa figura estava sempre pronto para tomar iniciativas que tão perverso sistema chegasse ao fim.

As transformações que se seguiram no país em relação ao trabalho, passam necessariamente pela visão da introdução de novos braços de trabalhadores livres no sistema de colonização europeia promovido pelo governo imperial. Para um país que foi colonizado não seria novidade que europeus, africanos e índios convivessem dentro desta perspectiva representativa de introdução de novos colonos para o labor nas lavouras. Vencida a etapa da colonização histórica mais abrangente, a questão da imigração para colonização no século XIX representou uma nova modalidade de mão de obra livre que conseqüentemente surgiu por causa da visão e necessidade de se terminar com a escravidão no Brasil. Houve certa intranquilidade por parte do séquito real colonial depois de sua chegada em 1808, afinal estavam em uma terra onde os brancos eram a minoria em relação à população escrava e de homens livres. É interessante notar inclusive que até a força armada constituída depois da vinda do Rei no que diz respeito ao seu número de contingente, viu-se obrigada a aceitar a população livre, formando assim tropas de nativos. Após a independência apelou-se para preencher os cargos no exército imperial por mercenários



alemães e irlandeses. Esse panorama populacional na sua maior parte constituída por escravos está descrita como representação de um contexto histórico que se seguirá durante boa parte do século XIX, um aspecto ressaltado como destaca Lúcia Bastos: “Fato bastante enfatizado pelos viajantes estrangeiros, que logo começaram a acorrer, era a quantidade de escravos negros, mais da metade do total, circulando pelas ruas da cidade” (NEVES; MACHADO, 1999).

Na visão da necessidade da entrada no país de um novo contingente de trabalhadores após o fim do tráfico determinado pela Lei Eusébio de Queiroz em 1850, não impediu que mesmo de forma diminuta e clandestina entrasse no Brasil escravos, ainda que o governo imperial agisse para reprimir como destaca Luiz Carlos Soares. Também foram criados novos mecanismos de suprimento do braço escravo por meio do tráfico interprovincial, sendo a região norte a fornecedora principal para suprir a demanda que se solicitava o que provocou em um decorrente aumento no preço do cativo dentro do mercado interno como afirma Clóvis Moura (2013). Moura segue falando ainda que, o jornal *O Philantropo* em abril de 1852 alertou sobre o novo comércio dizendo ser ele tão escabroso quanto aquele que viera substituir. As tentativas da continuidade do uso de escravos na lavoura assumiram faceta que promoveram questionamentos e luta verbal travada na imprensa. A colonização europeia para o trabalho livre na lavoura, principalmente, se deu mais frequentemente com o fim do tráfico de escravos depois da lei que o extinguiu, conseqüentemente o número de imigrantes europeus aumentou, principalmente alemães e suíços que chegaram por intermédio das associações de colonização, tendo o governo imperial como um dos financiadores. Mesmo antes da extinção do tráfico podemos encontrar discursos a favor da colonização europeia contra o terrível mal, e o mesmo periódico *O Philantropo* já promovia em 1849 o seu posicionamento argumentando o seguinte:

Chama-se todos os dias pela colonização no Brasil, substituição dos braços escravos, e terminação do tráfico dos negreiros, e administrações gerais e provinciais, as associações e todos os estadistas do país têm proposto e ensaiados diversos meios para esse fim, mas sem resultado profícuo. Nós em concorrência, e partilhando as mesmas ideias, lembramos que a instrução primária das classes pobres, e a difusão enfim da verdadeira civilização, era o meio mais direto, e quiçá o único realizável; porque suponhamos e ainda supomos, que a esses vis e mercenários contrabandistas, corsários infames das liberdades dos homens, assassinos da moral da humanidade, não bastava os horríveis e insólitos castigos, para os conter nesse horrendo tráfico, por já terem embotados todos os sentidos morais, e serem no juízo imparcial do Eterno votados a execração do séculos e de todas as gerações. Para nós um contrabandista da liberdade dos africanos, é um réprobo, cujos atos se inscrevem com letras de chamas sulfúreas nas cavernas do inferno.

O interessante neste discurso está da forma como se clama pela colonização europeia, é claro que o periódico se colocava como humanitário, e por isso mesmo carregava nos argumentos que adotavam uma linguagem condenatória e desumana do tráfico. A colonização europeia era vista como uma forma de se expurgar o passado escravista alimentado pelo tráfico.

A necessidade de braços para o trabalho na lavoura teve a sua outorga jurídica na Lei de Terras que proporcionou aos grandes fazendeiros contratar levas de colonos. Eles foram distribuídos em pequenos lotes de terras, então se fixavam nesta, trabalhavam nas grandes lavouras, nos seus lotes e ainda estavam subordinados a um sistema de parceria, que na visão de Caio Prado Júnior(1982):

COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO:  
O DEBATE NOS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO, 1850 A 1860

Este tipo de colonização representa uma transição do sistema primitivo que resultava na formação de pequenos proprietários e camponeses independentes, para aquele que se adotará mais tarde quase exclusivamente: a colonização por assalariados puros. E corresponde a um período em que começa a se manifestar a premência do problema imediato da mão de obra: convinha mais encaminhar os imigrantes diretamente para as grandes lavouras necessitadas de braços.

A política de desenvolvimento da imigração direcionada a colonização e povoamento do território brasileiro correu ao longo do século XIX, como evidenciou Ana Lúcia Duarte Lanna (1988). Quem primeiro idealizou este processo de imigração e colonização do europeu para o trabalho na lavoura foi o proprietário de terras de São Paulo, o Senador Vergueiro, que já havia inclusive introduzido em suas fazendas no final da década de 1840 colonos europeus vindos de Portugal, Alemanha, Suíça e Bélgica. São Paulo teve grande êxito neste processo chegando a contar com cerca de 70 colônias, chamando atenção inclusive das outras províncias como cita no Relatório da Província do Rio de Janeiro, o Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz em 1852: “Os ensaios deste gênero na Província de São Paulo e que na colônia - Senador Vergueiro – e em outra se apresentam coroados de êxito feliz, acabam de ser reproduzidos nesta província” (Relatório da Província do Rio de Janeiro do ano de 1852), O relatório de 1852 descreve também o quanto satisfeito o proprietário estava, afinal o lucro parecia satisfatório em relação à mão de obra escrava:

Dou a Vossa Ex.<sup>a</sup> a agradável notícia de que vão felizmente medrando entre vós as sãs ideias em matéria de colonização. Não ainda muito tempo era quase geral entre os agricultores a opinião de que só o africano podia com proveito lavar a terra, e que só ele, e nunca o colono europeu, se sujeitaria aos pesados misteres do nosso trabalho agrícola. Hoje, porém, vão os espíritos tomando nova e mais benéfica direção, e já aparecem fazendeiros que promovem a substituição pelo de braços livres. (...) Vi um cálculo por este feito com bastante clareza, pelo qual mostra que somando todas as despesas necessária para a vinda dos colonos, seu estabelecimento, o valor das terras, os jornais dos escravos que fizeram as derrubadas e plantarem o café, e em tudo quanto se tornar mister para montar a colônia, ainda sim pode o proprietário contar com o lucro de 14%, ao passe que em uma de suas fazendas cultivadas por escravos, apesar de muito bem reguladas, e coadjuvadas pelo clima e atividade, pode nunca salvar mais do que o termo médio de 8 por cento anualmente. (Relatório da Província do Rio de Janeiro do ano de 1852)

No relatório com a relação de estrangeiros que entraram e saíram do Rio de Janeiro em decorrência do ano de 1853, porém publicado em 1854 no *Almanak Laemmer*, nos apresenta que a entrada superou a saída como evidência da presença do colono europeu para o trabalho. Quantitativamente os números que seguem são apenas os de alemães e suíços sendo esses os que nos interessa no momento: 355 alemães entraram e 97 saíram, 103 suíços entraram e 26 saíram. Neste fluxo de entrada e saída, o relatório de 1855 publicado também pelo *Almanack Laemmert* tendo como fonte o *Correio Mercantil* apontou que entre os anos de 1851 a 1854 houve a entrada de 4.323 alemães e 119 suíços.

A construção de um discurso a favor da colonização europeia nos periódicos com argumento de que ela era boa e benéfica para a lavoura começa a fazer sentido e ser difundido, afinal o próprio Presidente da Província do Rio de Janeiro destaca um ritmo de lucratividade no



novo sistema contra o antigo. É importante notar também no relatório a fala de uma mudança gradual e confiante pelo colono europeu, tornando assim a mão de obra livre uma nova tendência de mentalidade, pelo menos no início dentro dos discursos.

Mesmo “coroados de êxito”, na visão do Presidente da Província do Rio de Janeiro, esse sistema com o passar dos anos começou a apresentar os seus problemas e um deles foi ao que tange na esfera do relacionamento entre o grande proprietário e os colonos, pois o fazendeiro brasileiro estava acostumado a lidar com o escravo e vivia sobre uma mentalidade escravista. O colono europeu muitas vezes entrava no Brasil sem o real conhecimento concreto das suas condições de trabalho, chegavam por meio de recrutamento realizados por agentes, esses por sua vez não seguiam critérios rígidos que segundo Caio Parado Júnior visavam mais o lucro porque ganhavam na quantidade de pessoas enviadas para o Brasil. Essa forma de recrutamento dos colonos trazia muitas vezes prejuízos aos proprietários, pois não raro, pessoas idosas, doentes e incapazes fisicamente de suportar o clima brasileiro que determinava o quanto duro e pesado foi trabalhar na lavoura cafeeira, eram contratados.

Houve contestação quanto a esse modelo de colonização, afinal os custos nem sempre correspondia com a realidade. Dessa forma a perda do interesse por parte dos proprietários foi iminente, pois se transformou num sistema oneroso e demorado para aquisição de mão de obra livre que nem sempre supria as expectativas. Esse processo sofreu duras críticas na Europa também, principalmente em Portugal e na Alemanha onde campanhas desfavoráveis à imigração para o Brasil aconteceram, entorno de propagandas negativas quanto o uso do colono em um possível sistema servil de trabalho. Na Alemanha, por exemplo, em 1859 chegou a ser proibida a imigração como colono para o Brasil. O desabastecimento por um determinado período dos colonos europeus para trabalho na lavoura suscitou em questionamentos por parte dos grandes fazendeiros quanto a necessidade de se suprir a mão de obra que poderia faltar. O oeste paulista foi uma região prejudicada por esse motivo. No Vale do Paraíba onde se sustentava ainda um plantel de escravos mais numerosos, começou a abastecer as regiões onde o processo de colonização dividia com mais constância o labor livre e a escravidão. Com abundância de mão de obra escrava no Vale que inclusive sobrava segundo (NEVES, MACHADO, 1999), os escravos acabavam desviados para exercerem outras atividades. A imigração para colonização foi para o escravismo no Brasil um fator de desequilíbrio do seu desenvolvimento nas áreas que adotaram este processo com mais frequência. No entanto, o fim do trabalho escravo e a introdução de colonos executando os mesmos serviços na lavoura era uma questão que merecia atenção cuidadosa em relação ao término da escravidão como observou o vice-presidente da Província do Rio de Janeiro, José Ricardo de Sá Rego em 1855:

A introdução do trabalho livre por qualquer dos sistemas conhecidos sustentem os nossos atuais estabelecimentos rurais à proporção do decrescimento das escravaturas, é objeto que merece sérios cuidados ao governo imperial, e a que a administração e assembleia provincial não podem, nem devem ser indiferentes. (...) O governo imperial por seu lado promove a introdução desses trabalhadores, como ensaio. Se a experiência for bem sucedida com é de se esperar, o interesse particular fará o resto. (Relatório da Província do Rio de Janeiro do ano de 1855)

Na leitura desta fala pertinente ao relatório provincial de 1855, o vice-presidente deixa claro que a introdução de colonos, pelo menos no seu entendimento, deveria ser gradual, uma

COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO:  
O DEBATE NOS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO, 1850 A 1860

espécie de “laboratório” de um novo sistema de trabalho, para não quebrar a lógica escravista que o país vivia, e outra, a escravidão era uma questão de *status* social isso deve ser levado em consideração, mais do que uma grande fortuna o escravo representava uma estratificação social que o colono europeu ainda não era capaz de representar. A colonização se revelou eficiente na introdução de braços para a lavoura, transformando-se ainda em um empreendimento comercial, veja mais esta afirmação do vice-presidente da província do Rio de Janeiro em 1855:

Entretanto os bons resultados que na província de São Paulo se tem colhido desse sistema, e os que mesmo nesta vai apresentando, apesar da má escolha dos colonos, dão esperança de que virá a ser um precioso recurso para os nossos fazendeiros. (...) A casa comercial Vergueiro e C.ª, habilitada com os meios e a experiência de que dispõe, oferece sua intervenção para introduzir na província, os colonos europeus que a administração, ou os particulares desejam obter. (Relatório da Província do Rio de Janeiro do ano de 1855)

A partir da década de 1870, o escravismo no Brasil começou a sofrer outros golpes, pois com a Lei de 1871, um novo fluxo de imigrantes colonos vindos da Itália acostumado ao trabalho duro (segundo a visão da época) e mais adaptável ao clima por causa das regiões que viviam determinou uma nova ordem no desenvolvimento econômico, sendo assim esse trabalhador livre, o italiano, inaugurou uma nova fase nas fazendas como trabalhadores assalariados sem o sistema de parceria anterior. O governo brasileiro com essa mudança passou apenas a financiar as passagens para a vinda desse imigrante italiano aos grandes proprietários e a questão da colonização estava em suprir os braços para a lavoura, pois o país era dependente economicamente da agricultura, principalmente a do café o seu grande produto de consumo interno e externo. Era consenso que a imigração teria que ser atraente dentro dessa visão econômica do processo. O trabalhador nas regiões paulistas e mineiras onde o fluxo de imigração colonizadora foi grande, proporcionou um aspecto relevante no que diz respeito a mudança no sistema escravista, o imigrante assalariado passou a ser nessas áreas o principal fornecedor de mão de obra, pois nesse momento estavam em maior número do que os escravos por causa das leis abolicionistas, começou então a inversão para o trabalho livre. A progressão para o trabalho livre, fomentada pelo trabalho assalariado do imigrante foi um dos agentes que possibilitou a decadência do sistema escravista no Brasil.

Foram as transformações econômicas brasileiras a partir da substituição da cana de açúcar pelo café que provocou a simbiose entre a passagem do trabalho escravo para o livre, pois com a presença do colono europeu, que tinham garantidos por contrato o cultivo da terra, as fazendas principalmente as paulistas começaram a conviver com as duas faces do trabalho agrícola no Brasil Império, o livre e o escravo. A presença do colono europeu provocou aos poucos a mudança de mentalidade escravocrata do fazendeiro, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais. Em uma visão marxista sob a influência da Revolução Industrial desse processo, Manoel Mauricio de Albuquerque (1986) define da seguinte forma:

Na medida em que se integrava no sistema de produção capitalista, a fazenda de café transformou-se em uma unidade de produção que articulava lavouras de café, áreas de beneficiamento, a resistência do proprietário, a senzala, as casas dos colonos e oficinas diversas. Em muitas delas cultivavam-se produtos agrícolas destinadas ao consumo local. Em outras, essa atividade de subsistência, embora e elas subordinada, realizou-se fora do seu âmbito propriamente.

À medida que o processo industrial cafeeiro avançava, este promovia ainda mais o uso da mão de obra livre, porém o discurso da colonização africana podia aparecer. Não era só uma questão financeira que custeava este processo, os periódicos cariocas transformaram-se muitas vezes em fórum para o debate do tema. Se a transformação do trabalho escravo para o livre passa pela colonização europeia, a defesa veemente dela era sistematicamente combativa em relação à entrada de africanos no país para o trabalho na lavoura, não se podia dar margem a volta do tráfico de escravos. Seja qual fosse o argumento de quem defendia uma colonização africana, o debate e as justificativas seguiam na imprensa. Vejamos o que escreveu o jornal *A Pátria* sobre colonização africana em dois períodos distintos:

Niterói, 15 de janeiro de 1857:

Lembrados estão os nossos leitores de que no ano de 1855, tratando da lavoura, apontamos como uma necessidade de momento a conveniência de organizar-se um sistema de colonização africana que nos desse os braços de que carecíamos, por isso que nas circunstâncias em que nos achamos, e com os hábitos de rotina agrícola, do nosso país muito difícil era satisfazer nossas exigências agrícolas a colonização europeia.

Niterói, 19 de fevereiro de 1860:

Então, nós bem obscuro filho do povo, provocamos a discussão, pedimos atenção séria e muito séria para esse grave assunto. Pareceram-nos a ideia mais sensata na ocasião, como ainda hoje nos parecem, as de colonização africana por substituição com a europeia, e como meio indireto da emancipação do trabalho escravo africano, a única medida conveniente e de salvação possível.

A discussão era promovida sem a intenção de mencionar a possibilidade da volta do tráfico, tanto para *O Paiz* quanto para *A Pátria*. O assunto era tratado como uma necessidade prioritária para a manutenção das riquezas do Brasil provenientes da lavoura. O tratamento referente ao trabalho de mão de obra escrava não estava na pauta, era uma questão de cuidar daquele que proveu as lavouras brasileiras com mais eficiência ao longo dos anos, o africano, segundo entendiam os defensores da tese, mas como colono livre. O repúdio ao tráfico era mencionado e a insistência a colonização africana um ideal para salvar a lavoura da falta de braços.

Sobre o poder político do período e seus desdobramentos quanto a atuação nos rumos da sociedade, a constituição dos poderes foi importante para as discussões que se seguiam entorno das questões que envolviam decisões e determinações. José Murilo de Carvalho defende que a imprensa teve durante o Império o momento mais livre na história brasileira mesmo que grande parte estivesse vinculada a partidos ou a políticos. Explica que isso acontecia porque os “jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos” (CARVALHO, 1996). Isso demonstra e evidenciamos quando os periódicos defendem suas teses com veemência como acontece no caso da colonização europeia e africana. A formação das elites no Império se deu por meio da construção da classe senhorial que estava no corpo do Estado sendo ela dirigente e devendo obediência ao poder moderador do Imperador dividindo-se então em Conservadores também chamados à época de Saquaremas e os Liberais conhecidos como Luzias, afirma Ilmar Mattos (2011). Essa classe senhorial ocupou cargos políticos tinha seus representantes e interesses, e os grandes fazendeiros faziam parte dessa elite, pois então, estiveram dispostos a defender o que entendiam como melhor na condução da agricultura. Um bom exemplo de atuação dessa elite e as suas funções dirigentes é a do advogado, fazendeiro

e jornalista Luiz Peixoto de Lacerda Werneck filho do Barão de Paty do Alferes. No ano de 1855 saiu na publicação do *Almanack Laemmert* a análise que ele fez da lavoura do café quanto, sua história, seus problemas e necessidades sem falar da evocação desta em ser a grande produtora de riquezas do país. Com o título de “*Breves considerações sobre a posição atual da lavoura do café*”. Segue trechos para apreciação e reflexão:

A lavoura de café uma das grandes fontes de riqueza pública e privada do país, tem caminhado por uma vereda escabrosa e cheia de adversidades (...).

Na atualidade das circunstâncias críticas que pesam sobre a lavoura, achamos oportuno aventurar algumas ideias de sua posição. Será um brado que se perderá no espaço, e que tem seguramente de passar despercebido? Confiamos, todavia que a publicação dessas observações terá um merecimento não inferior ao que de outras por aí se inculcam e recomendam. A lavoura do café, onde se acha comprometida tão grande soma de interesses, experimenta hoje uma verdadeira crise, proveniente da ação simultânea de várias causas (...).

Graças ao trabalho do homem, hoje a civilização é um fato. Quesnay e os fisiocratas ensinaram por muito tempo, sem contradição, que toda riqueza reside da terra. Adam Smith veio-nos explicar o enigma e dar a última senha da economia política, demonstrando que toda riqueza está no trabalho (...).

Os portos da costa da África, donde procedia essa colonização que prestou a lavoura serviços sem dúvida insubstituíveis, hoje nos estão irremediavelmente fechados. Há muitos anos daí não vem um único escravo. (...) A escravatura que vem do norte poderá formar um contingente, mas não construir um esforço tal de braços que seja suficiente para dar impulso aos trabalhos e fazer progredir as tentativas na direção gloriosa a que elas tinham visado. Fechados os portos da África, importando hoje os escravos preços excessivos, não vê a lavoura um meio de sair de tal embaraço. A colonização europeia, e os meios de leva-la efeito, têm preocupado os ânimos da lavoura, que tem recuado diante das dificuldades que se antolham e das improbabilidades de sucesso. Perante as despesas necessárias para promover a colonização, a fortuna de um indivíduo é pouco, a de uma classe com a lavoura apenas um contingente, é preciso mais, é necessário a fortuna de um estado, de uma nação (...).

A lavoura constitui sem dúvida, uma classe que tem fornecido e continuará a fornecer ao Estado grande soma de meios para a satisfação das necessidades públicas, e ao país o elemento constitutivo da prosperidade, a riqueza, sem a qual não há progresso, nem paz, nem segurança pública, nem ciências e nem civilização possíveis (...).

Na visão da historiadora Mariana Muaze (2015): “Para os proprietários, a administração da produção cafeeira era sinônimo de preservação da riqueza, do patrimônio e de sua continuidade enquanto membros da classe senhorial”. Seguindo essa visão podemos então extrair das considerações elencadas por Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, que sua análise possivelmente correspondia ao pensamento dos grandes fazendeiros que compuseram a elite agrária da época. O próprio reconhecimento como classe, destacado no texto, já nos demonstra que havia elementos reivindicatórios junto ao Estado imperial para os seus meios e fins na continuidade da produção de riquezas para o país, podemos perceber ainda os elementos justificados quanto à carência de braços para a lavoura e sua ligação direta com a proibição do tráfico de escravos e ainda as dificuldades encontradas em lidar com o colono europeu. Chama atenção também quanto a questão filosófica adotada em sua linha de pensamento vislumbrando a grandeza da fisiocracia e o trabalho para a produção de riquezas necessárias ao indivíduo e o Estado. Não percebemos em nossa leitura na análise integral do texto qualquer menção a volta do tráfico de

escravos ou de forma explícita o chamamento de uma colonização africana, porém, as críticas à colonização europeia estão presentes e de forma implícita o destaque para a importância da mão de obra do africano para o trabalho na lavoura em menções também sobre o uso do escravo vindo do norte, ou seja, um tráfico interprovincial para suprir a ausência de braços. Intrigante mas conclusivo o cuidado em não se falar diretamente de uma colonização africana por causa do tráfico, nos aparece que o fato estava em uma mão de obra eficiente e capaz para o trabalho duro da lavoura, neste caso o africano aparece como o mais habilitado. Este é apenas um exemplo trazido, as leituras dos jornais na luz de suas publicações nos permite extrair outras conclusões para responder nossas perguntas.

Um dos nossos objetivos da pesquisa de mestrado perpassa pelas transformações do trabalho escravo para o livre e as discussões que ocorreram na imprensa da segunda metade do século XIX sobre os discursos do processo de colonização europeia e africana. Pertinentemente Jacob Gorender (2000) sobre a questão do trabalho escravo e o livre diz o seguinte:

O trabalhador livre se caracteriza pelo fato de não vender por toda vida a sua força de trabalho. O trabalhador livre é dono de sua força de trabalho e recebe do capitalista um salário em troca do uso dela estritamente durante certo período, calculado em horas, dias, semanas ou meses. Já o escravo não pode vender sua força de trabalho porque não é dono dela. Ele mesmo constitui uma propriedade. O proprietário do escravo é também dono das aptidões físicas subjetivas, que constitui a força de trabalho dele.

Para isso não podemos nos furtar de falar e analisar as conjunturas que proporcionaram principalmente o discurso a favor, quase que um ideal, da colonização africana nos jornais do Rio de Janeiro nesta segunda metade do século. A agricultura brasileira estava sucumbindo por falta de braços, ou isto estava correto, ou era uma retórica para a insistência da não quebra do sistema escravista que sofria duras críticas dentro e fora do país, mesmo que tudo estivesse dimensionado contra uma possível volta do tráfico de escravos. Compreender como a imprensa se desenvolveu nas dinâmicas dos discursos expressando suas opiniões nas páginas dos periódicos é um fato que deve ser demonstrado como uma forma de análise que envolve todo o processo de construção de suas lógicas e até mesmo em defesa dos seus ideais políticos e sociais. Devemos direcionar a análise sobre uma imprensa que estava de alguma forma ligada a escravidão, seja apoiando, contra e até mesmo lucrando economicamente.

A imprensa do século XIX no Brasil de uma sociedade escravista assumia um papel dúbio na relação da discussão sobre a escravidão. Havia um conservadorismo social no que diz respeito ao discurso proferido, afinal ao mesmo tempo em que alguns periódicos se assumiam abolicionistas outros aceitavam e publicavam discursos contra a escravidão, mas não enfatizavam diretamente a sua linha de conduta. Os discursos e os quadros funcionais das redações dos periódicos assumidamente abolicionistas eram compostos por intelectuais engajados na causa e tinham uma entonação em suas publicações na defesa do movimento. Os jornais tornaram-se espaços onde a escravidão e o escravo apareciam com frequência, afinal o jogo das palavras impressas poderia influenciar o leitor. É importante destacar que segundo Marco Morel (2003):

Os grandes jornais das cidades e capitais publicavam, em profusão, veementes defesas da escravidão, apologias (disfarçadas ou não) do racismo e disseminação mais ou menos subliminar de preceitos contra o negro. Em alguns casos, eram os mesmos

COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO:  
O DEBATE NOS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO, 1850 A 1860

jornais que acolhiam protestos ligados ao abolicionismo, especialmente à medida que a campanha contra a escravidão foi avançando e a crise do escravismo tornou-se mais patente. Parece mais adequado afirmar que tais meios de comunicação expressavam os embates da sociedade, agindo como reprodutores e criadores desse movimento.

Esta afirmação de Morel vai de encontro com os discursos de colonização africana e colonização europeia que verificamos nos periódicos como *O Paiz* e *O Regenerador* no ano de 1860 na cidade do Rio de Janeiro, periódicos esses que vamos analisar junto com outros na dissertação. Devemos destacar também que a escravidão foi uma das fontes de renda da imprensa, afinal os anúncios sobre a venda e aluguel de escravos estavam tão presentes quanto os discursos contra ela. Dois aspectos sobre leitura e informação dizem respeito ao seguinte: se fosse analfabeto poderia escutar as notícias proferidas em voz alta nos lugares de sociabilidades e a outra, mesmo quem soubesse ler não precisava adquirir o jornal por compra esporádica ou assinatura, bastava recorrer a Biblioteca Real que era aberta a qualquer leitor gratuitamente. Havia uma relação entre livro e jornal, enquanto o livro atingia valores mais elevados para sua compra, os jornais tinham preços mais módicos e convidativos e além é claro estavam mais atualizados com o dia a dia das notícias. Algumas publicações literárias eram mais baratas e assim mais acessíveis, porém segundo Morel: “O jornal realizava também a divulgação (e frequentemente a reinterpretação) dos livros nos anos de 1820 e 1830 antes de se expandir a publicação de volumes em folhetins nos periódicos” Marco Morel (2003). Isso demonstra que a circulação de periódicos no Brasil Império só fez crescer com o desenvolvimento da imprensa principalmente depois que os mecanismos de censuras foram suspensos no ano de 1822 dando assim o que se chamou à época de liberdade de imprensa. Mesmo que ideias progressistas e civilizatórias no Brasil florescesse no percurso do século XIX com o desenvolvimento da imprensa, a lógica escravista do Estado e da sociedade ainda permeava o pensamento daqueles simpáticos ao fim da escravidão, mas não assumidamente abolicionistas.

Era difícil negar que a imprensa precisava da escravidão como assunto e ao mesmo tempo partir para a demonstração de modernização das ideias, uma contradição árdua para os que estavam do lado pouco afirmativo na relação escravidão e imprensa. A imprensa usufruía de seu espaço na sociedade da época e deter informação era uma forma de poder, influenciar em um determinado discurso era algo que aparecia nas páginas dos jornais. Se os escravos estavam presentes nos espaços de socialização das cidades executando trabalhos que homens livres também faziam, este era capaz de interagir, negociar e buscar os seus direitos mesmo que estivessem submissos a um dono. O que conseguiam ganhar quando estavam ao ganho não era suficiente para ser “desperdiçando” na compra de um periódico, era preciso guarda para uma eventual compra da liberdade, principalmente depois da Lei de 1871 usando para isso o instrumento do pecúlio previsto no Artigo 4º dessa lei. Sendo assim, não raro era o estereótipo do escravo como ignorante isso se disseminava na sociedade, pois se não tinham acesso à imprensa e não eram letrados, consequentemente não faziam parte de um grupo de privilegiados. A imprensa durante o século XIX se solidifica e com isso se profissionaliza, o debate sobre a escravidão, principalmente depois de 1850, e os debates políticos davam a tônica do processo empreendido. A qualificação do trabalho na imprensa também fez parte do universo dos jornais periódicos, começou a aparecer uma mão de obra especializada, onde os trabalhadores das tipografias formaram uma categoria a parte.



Com o intuito de compreender os aspectos conjunturais, das posições a favor e contrárias dos processos de colonização africana e europeia debatidos nos citados periódicos deste artigo, certamente outros jornais surgirão durante a pesquisa, nortearão o nosso trabalho. Esses elementos serão o fio condutor para a dissertação de mestrado, sabendo que durante as pesquisas certamente irei me deparar com o surgimento de novos argumentos e análises pertinentes ao tema. Se a colonização africana foi combatida sobre o discurso do possível retorno do tráfico de escravos, a europeia tinha ainda a questão da dualidade entre uma lógica escravista e um pensamento do imaginário da época sobre a questão que tange o posicionamento social. O escravo era propriedade, portanto, podia ser negociado, já o imigrante colono europeu vinha como um indivíduo livre ciente de suas atribuições para o trabalho na lavoura havendo ainda a questão do contrato firmado garantido por lei. O pensamento de dualidade no início da colonização europeia dentro de um país que vivia sobre égide da escravidão, proporcionou uma evolução dentro das perspectivas do trabalho escravo para o livre, então fica a pergunta para ser respondida: Foram as brechas no sistema de colonização europeia que proporcionaram o discurso de colonização africana no jornal *O Paiz*, ou a argumentação para isso tentou se concretizar dentro de uma lógica escravista que não queria ceder? O tratamento da análise dialética será uma forma concreta de trabalhar os discursos, ideias e argumentações dispostas nas leituras das fontes. O discurso de colonização europeia e africana é de fato algo solidificado no que diz respeito ao debate nos periódicos cariocas a partir da segunda metade do século XIX na cidade do Rio de Janeiro.

### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. **Pequena História da Formação Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Artigo **“O governo inglês ou a lógica do canhão”**, publicado pela Typographia Universal de Laemmert em 1863 no Rio de Janeiro. Disponível no Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869**. Brasília: Senado Federal, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOSI, Alfredo. **A Escravidão entre dois liberalismos**. Revista Estudos Avançados vol.2 no.3 São Paulo Set/Dec. 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300002)>

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ Relume Dumará, 1996.

COLONIZAÇÃO AFRICANA SIM, TRÁFICO DE ESCRAVOS NÃO:  
O DEBATE NOS JORNAIS DO RIO DE JANEIRO, 1850 A 1860

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CONSENTINO, Daniel Val. **A transição do trabalho escravo para o livre e as raízes das desigualdades sociais no Brasil**. Artigo disponível em: < <http://docplayer.com.br/>>

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A Abolição**. Brasília: Editora do Senado, 2005.

GORENDER, Jacob. **Brasil em Preto e Branco**. São Paulo: Senac, 2000.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **A Transformação do Trabalho**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

MACHADO, Humberto F. **O Abolicionismo “ganha as ruas” no Rio de Janeiro**, in Revista da SBPH, Curitiba: Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 1998. Ver também do mesmo autor: Intelectuais, imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro In XXIV Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 2011.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

MUAZE, Mariana. **Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial**. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (Org.). **O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). **Livros e Impressos: Retratos dos Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2009.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

YOUSSEF, El Alain. In: **Imprensa e escravidão: Política e Tráfico Negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. São Paulo, Dissertação de Mestrado – USP, 2010.

### FONTES

“Tratado da Abolição do Tráfico de Escravos em todos os lugares da Costa da África ao Norte do Equador, entre os muitos altos, e muito poderosos senhores”. Disponível as quatro páginas do tratado no Acervo da Biblioteca Nacional Digital

*O Paiz* . Disponível: [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso:2016.

*O Regenerador*. Disponível: [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso:2016

*O Diário do Rio de Janeiro*. Disponível: [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso:2016

*Correio Mercantil*. Disponível: [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso:2016

*O Philantropo*. Disponível: [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso:2016

*A Pátria*. Disponível: [bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso:2016

*Almanak Laemmert* .Disponível: [objdigital.bn.br](http://objdigital.bn.br). Acesso 2016.

*Lei de terras*, ver em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>

*Relatório da Província do Rio de Janeiro do ano de 1852*, Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso 2016

*Relatório da Província do Rio de Janeiro do ano de 1855*. Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso 2016